



FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO
NÍVEL MESTRADO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Departamento	Unidade
Programa de Pós Graduação em Direito Agrário, nível Mestrado	Faculdade de Direito

Nome da Disciplina	Período a ser cursada
Questões Agrárias Internacionais e Comparadas	2º semestre de 2017

Natureza da Disciplina
Optativa

Distribuição da carga horária			
Carga horária total	Teóricas	Práticas	Carga horária semanal
45 hs (3 créditos)	45 hs	-	4 hs

Ementa
<p>O direito internacional e o direito comparado frente as questões agrárias e agrícolas.</p> <p>A questão agrícola na regulação do comércio internacional: OMC (acordo sobre a agricultura, a questão do desenvolvimento), blocos econômicos e políticas públicas (política agrícola comum europeia, Mercosul, EUA, Índia e Estados do bloco ACP).</p> <p>Segurança alimentar e regulação internacional: o papel da ONU (FAO PNUD, PAM, FAO, FIDA, CNUCED). A política agrícola do Banco Mundial.</p> <p>Agricultura e Meio Ambiente: conceitos (antropomorfismo e biocentrismo)</p> <p>Agricultura, Propriedade e DIP Os “commons”, BPG, Ecocídio</p> <p>O agricultor poluidor ou protetor da natureza (multifuncionalidade da agricultura, agrotóxicos e direito comparado). A questão da água: contexto e quadro jurídico</p> <p>Agricultura e Questão Fundiária: Direito comparado das reformas agrárias. Compra de terras por estrangeiro/Land Grabbing. Direito internacional territórios e titularidade: comunidades e povos indígenas.</p> <p>Agricultura e Gênero: entre direito internacional e direito comparado</p>

Docente: Prof. Dr. Rabah Belaidi – rbelaidi@gmail.com

Goiânia, 23 de agosto de 2017

Coordenador do PPGDA _____

Docente _____

1. OBJETIVOS

1.1. Geral

Sensibilizar o estudante do Programa de Pós Graduação em Direito Agrário à importância das questões agrárias, agrícolas e agroalimentares num contexto internacional marcado por uma fase dita de globalização. Para isso, objetiva estudar e analisar os fenômenos, instrumentos e mecanismos oriundos de várias disciplinas e que interferem no tratamento das questões agrárias. A acuidade da internacionalização das questões relacionadas à produção e circulação de alimentos assim como as consequências em termos de busca de terras agrícolas, necessita do aporte do método comparativo tanto para as políticas públicas quanto as próprias normas de direito.

1.2. Específicos

- Estimular o aluno a perceber a importância das questões agrárias num contexto de intensificação do comércio internacional
- Analisar de maneira crítica o papel da regulação jurídica das questões agrárias internacionais, brasileiras e de outros sistemas jurídicos.
- Aumentar o nível de conceptualização teórica do estudante a partir de novas referências reflexivas.
- Realizar um estudo histórico e jurídico das organizações internacionais que participam diretamente ou indiretamente da regulação das questões agrárias.

2. CONTEÚDO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Semestre 2017/2

Datas	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Aula nº01 23/08	1º Apresentação do programa e métodos de trabalho 1.1. Considerações sobre o curso e a disciplina. 1.2. A importância do direito internacional e comparado nos estudos agrários e sua adequação aos projetos de dissertação.
Aula nº02 30/08	2º O particularismo do direito internacional e comparado (1) 2.1 Conceitos introdutórios: Podemos definir os seguintes termos ? → O que é o direito? → O que é o direito agrário? 2.2 O que é o direito internacional? → Definição do direito internacional, revisão dos conceitos básicos e metodologia.
Aula nº03 20/09	3º O particularismo do direito internacional e comparado (2) 3.1 A particularidade do Direito Internacional → qual normatividade? Soft Law, jus dispositivum, jus cogens 3.2 O que é direito comparado? → Definição do direito comparado e do método comparativo → A particularidade do direito comparado (método ou ciência)

<p>Aula nº04 27/09</p>	<p>4º Direito Internacional e questões agrárias: contexto e atores (1)</p> <p>4.1 Direito Internacional e questões agrárias: contexto e atores → Abordagem histórica e conceitual da internacionalização das questões agrárias: Qual regulação? Quais atores?</p> <p style="padding-left: 40px;">→ O panorama dos atores que atuam nas questões agrárias → O contexto: financeirização dos mercados agrícolas, desenvolvimento dos Estados e segurança alimentar : o tripé da complexidade atual → Análise crítica do discurso das OIG's</p> <p>4.2 Agricultura, Comércio Internacional e o Desenvolvimento: o ponto de vista da OMC → Histórico: o comércio internacional de 1944 até hoje → OIC - GATT - OMC. → A OMC: Da rodada Uruguay até a rodada de Doha → Grupo de CAIRNS, G22 → O ASA: direito dos subsídios agrícolas: caixa verde, laranja e azul. → A OMC: órgão de resolução das controvérsias: estudos de casos, decisões de painéis e do ORD</p> <p style="padding-left: 40px;">→ 1º apresentação: a pauta agrícola na regulação do comércio internacional de 1947 a 1995 (OMC: ASA) → 2º apresentação: a agricultura no contencioso da OMC</p>
<p>Aula nº05 4/10</p>	<p>5º Direito Internacional e questões agrárias: contexto e atores (2) Agricultura e Desenvolvimento: o ponto de vista de outros atores</p> <p>5.1 A política agrária do Banco Mundial 5.2 A ONU, as ONG's e a segurança alimentar: → ONU: PNUD, PAM, FAO, FIDA, CNUCED → 3º apresentação</p>
<p>Aula nº06 11/10</p>	<p>6º Agricultura, Comércio Internacional e Políticas Públicas: do unilateralismo ao plurilateralismo</p> <p>6.1 A PAC Européia → 4º apresentação 6.2 EUA / Índia → 5º apresentação 6.3 Há uma política agrária do Mercosul? → 6º apresentação 6.4 Os estados do bloco ACP → 7º apresentação</p>
<p>Aula nº07 1810</p>	<p>7º Agricultura e Meio Ambiente</p> <p>7.1 Sistemas comparados de proteção da natureza: entre antropomorfismo e biocentrismo: teorias, conceitos e experiências → 8º apresentação: 7.2 Agricultura, Propriedade e DIP: → 9º apresentação: →Os "commons", BPG, Ecocídio 7.3 O agricultor poluidor ou protetor da natureza? →a multifuncionalidade da agricultura → 10º apresentação → agrotóxicos e direito comparado → 11º apresentação 7.4 A questão da água: contexto e quadro jurídico → 12º apresentação</p>

<p>Aula nº08 25/10</p>	<p>8 ° Agricultura e Questão Fundiária (1)</p> <p>8.1 Direito comparado das reformas agrárias → 13° apresentação 8.2 Compra de terras por estrangeiro / Land grabbing → O fenômeno é exclusivamente neocolonial ou mais diverso? → 14° apresentação → O direito internacional pode conter o fenômeno? → 15° apresentação</p>
<p>Aula nº09 01/11</p>	<p>9° Agricultura e Questão Fundiária (2)</p> <p>9. Direito internacional territórios e titularidade: comunidades e povos indígenas → 16° apresentação</p>
<p>Aula nº10 08/11</p>	<p>10° Agricultura e Gênero: entre direito internacional e direito comparado</p> <p>10.1 Os objetivos do milênio da ONU 10.2 As experiências nacionais → 17° apresentação</p>
<p>Aula nº11 15/11</p>	<p>Aula de complementação se precisar</p>
<p>Aula nº12 22/11</p>	<p>Aula de complementação se precisar</p>
<p>Aula nº13 29/11</p>	<p>Aula de complementação se precisar</p>
<p>Aula nº14 06/12</p>	<p>Aula de complementação se precisar</p>
<p>Aula nº15 13/12</p>	<p>Aula de complementação se precisar</p>

3. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela - Utilização de roteiros impressos de aula - Discussão de casos concretos - Recursos audiovisuais (slides, transparências e filmes técnicos) - Realização de seminários pelos acadêmicos - Adoção de textos - Atendimento individual ou em grupos.
2. O plano de aulas foi elaborado para um grupo de 10 a 20 estudantes. Em caso de número inferior, a organização das aulas será remanejada após consulta do corpo discente.

4. RECURSOS DISPONÍVEIS - Descrição dos Recursos

Disposição no quadro-de-giz - Projeção de slides – Documentários- Textos.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – Descrição dos Critérios

Para a atribuição de notas e frequências, serão seguidas as normas da UFG. Para compor a nota semestral são necessárias duas avaliações.

Assim, a nota semestral será composta pela média das seguintes avaliações:

- N1 10,0** Apresentação de seminário individual sobre os temas pesquisados.
N2 10,0 A participação, a capacidade de análise e de síntese do (a) estudante serão avaliadas a partir notadamente da leitura obrigatória dos documentos de referencia

Os (as) estudantes que foram reprovados na avaliação N1 e/ou N2 poderão receber uma prova escrita sobre o conteúdo estudado realizado na disciplina.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS - AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

- Participação – claro comprometimento individual com o trabalho do grupo.
- Qualidade da pesquisa e problematização do tema.
- Originalidade – utilização de meios e idéias que consigam estimular o interesse dos ouvintes.
- Domínio do assunto - capacidade de interpretação segura do texto, conhecimento e desempenho com relação ao tema.
- Clareza e sistematização – capacidade de conduzir o tema de forma clara e sintética.
- Problematização – ao final da apresentação do texto ou tema, o(a) estudante deverá propor problemas ou dilemas a serem debatidos e respondidos pela turma.

Obs.: As aulas serão divididas em duas partes:

1º A apresentação dialogada docente/discentes do tema e a discussão a partir dos textos de referência, seguida de problematização e debate.

2ª Apresentação de seminário individual

7. BIBLIOGRAFIA

7.1 BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

Direito Internacional:

CARREAU, Dominique; JUILLARD, Patrick. Droit international économique. Paris: France Quercy, 1998.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. 2ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 1517 p.

GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. *Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional*. Editora Observador Legal, 2007.

LAMBERT, Jean-Marie, *Curso de Direito Internacional Público*. Vol.1, Vol.2, e Vol. 3, 2a. ed. Goiânia, Ed. Kelps.

PADUA LIMA, L. M. Maria Lúcia, ROSENBERG B, O Brasil e o contencioso na OMC, Série GV Law, Tomos I e II. São Paulo. Ed Saraiva, 2009.

PRAZERES L. Tatiana, A OMC e os blocos regionais, Ed Aduaneiras, São Paulo 2008, 516 p.

Direito comparado:

ALMEIDA, Carlos Ferreira. *Introdução ao direito comparado*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 1998.

ANCEL, Marc, *Utilidade e métodos do direito comparado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1980.

CONSTANTINESCO, Leontin-Jean. *Tratado de direito comparado: introdução ao direito comparado*. Trad. Maria Cristina de Cicco (org.). Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Trad. Hermínio A. Carvalho, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SACCO, Rodolfo. *Introdução ao direito comparado*. Trad. Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SERRANO, Pablo Jiménez, *Como utilizar o direito comparado para elaboração de tese científica*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

7.2 BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Uma indicação de textos será fornecida para cada tema estudado ao longo do curso.

7.3 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Uma indicação de textos será fornecida para cada tema estudado ao longo do curso.